

O nível das Importações — que tão que nos é tão cara — manteve-se decrescente. As multinacionais permanecem, pelo segundo ano consecutivo, importando 16,8% do que faturam, enquanto as nacionais diminuem, ano após ano, o vínculo externo, chegando em 1986 a 6% de importações sobre faturamento, isto para quem operava índices superiores a 20% há menos de cinco anos.

Somos, juntamente com os EUA e o Japão, os únicos três países que atendem a mais da metade do seu próprio mercado com produtos desenvolvidos por empresas nacionais, o que demonstra o grau de autonomia que já atingimos nesta área de tecnologia sofisticada e essencial para o nosso desenvolvimento.

Este, Sr. Presidente, é o panorama do Governo Sarney quando se manifesta através do Ministério da Ciência e Tecnologia. Distinta, entretanto, é a visão do Ministério da Indústria e do Comércio.

Nesta área, ouvem-se críticas ácidas à política de informática e aos tais zonas de processamento de exportação (ZPE), onde nosso mercado interno, certamente, será oferecido aos interesses estrangeiros na ilusão de que nos abram algum mercado internacional.

Não queremos discutir, aqui, a viabilidade econômica das zonas exportadoras, onde não haverá efetivo controle sobre as importações. Queremos, sim, observar que isto nada tem a ver com o que se passa no sudeste asiático, como tentam nos impingir, a título de modelo, e também marcar a enorme contradição entre esta experiência e a da política de informática.

Uma, preserve o mercado interno para as empresas nacionais, como alavanca para o desenvolvimento; outra, pretenda entregá-lo graciosamente para atrair empresas estrangeiras.

Uma, preocupa-se em gerar empregos qualificados no Brasil; outra, sonha com fantasiosas ilhas, livres para a tecnologia e o capital estrangeiros, como se fossem eles capazes de encontrar as soluções para os problemas nacionais.

Aliás, já temos com a Suframa uma experiência similar.

A Zona Franca de Manaus não exporta quase nada, provoca uma fantástica perda fiscal, superior a 1,5 bilhões de dólares por ano — fruto da isenção total de imposto — e gera poucos benefícios sociais para a Amazônia.

Não estamos aqui a pedir o fim da Suframa. Desejamos, sim, que ela se torne, efetivamente, um pólo para o desenvolvimento sócio-econômico de toda a Região e some, com o resto da Nação, na luta para se atingir graus mais expressivos de autonomia tecnológica.

A Zona Franca de Manaus deve eleger políticas de incentivo às empresas que, entre outros aspectos, reduzam progressivamente suas importações, aumentem significativamente suas exportações e fixem mão-de-obra qualificada na região.

De qualquer forma, Sr. Presidente, onde estão os índices sociais da região? E a oferta de empregos fora de Manaus? E os empregos qualificados na própria Suframa? Que grau de autonomia ganha a Nação com esta experiência?

O Governo deveria guardar um mínimo de coerência nas políticas que preconiza, retornando ao seu discurso original, que falava em política econômica austera e soberana, dirigida para os inte-

resses nacionais e vinculada ao esforço para a superação dos problemas sociais do Brasil.

Quanto ao futuro texto constitucional, o Governo pode ficar tranquilo porque ele será elaborado exclusivamente por aqueles que ganharam nas urnas o direito e o dever de redigir uma Constituição democrática e legítima, comprometida com as aspirações da sociedade brasileira.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. EDMILSON VALENTIM** (PC do B — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje, pela manhã, realizou-se um encontro dos Deputados progressistas, democratas, de diversos Partidos, com o objetivo de tomar à frente uma bandeira importante e que se polariza na Assembleia Nacional Constituinte: a relação do sistema de Governo. Essa frente, composta pelos Deputados do PC do B, do PSB e do MDP do PMDB, discutiram a sua proposta sobre parlamentarismo e fecharam a questão, com muita firmeza e com muita disposição, em torno do parlamentarismo pelo voto proporcional e pela eleição do Presidente da República em novembro de 1988. Essa posição tem a sua importância quando verificamos que se discute o parlamentarismo hoje, e sobre as suas várias formas, com gradualismos, com concessões ao Presidente da República, como se Sua Excelência tivesse algum direito de requisitar ou de requerer mais algumas coisas ou mais poderes, como se este mandato e o compromisso deste Governo, em praça pública, fruto de um grande movimento, não fosse um período de quatro anos.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o que é de fundamental importância nos Partidos que tomaram esta posição, na reunião de hoje, sem dúvida alguma junto com o parlamentarismo e com as eleições diretas em 88, pela implantação do parlamentarismo imediato, é a questão do voto proporcional. E em cima disso os parlamentares desses Partidos estão conversando com todos os Constituintes da Comissão de Sistematização e recolhendo assinaturas para uma das emendas que pede e defende o voto proporcional. A que tenho aqui é do nobre Constituinte Haroldo Sabóia, entendendo que não podemos aceitar a institucionalização dos curréis eleitorais, que vão ocorrer, se for aprovado o voto distrital nesta Assembleia Nacional Constituinte.

Não podemos permitir que o voto distrital misto que, sem dúvida alguma é a mesma coisa, uma variante do voto distrital, impeça que chegue a esta Casa as representações populares mais legítimas deste País. Essa excrescência, essa tentativa de impor o voto distrital, como muito bem assinou o nobre Senador José Richa, numa reunião em São Paulo, com empresários, dizendo que pode passar tudo que for progressista, tudo que a esquerda deseje, contanto que cerre fileiras o poder econômico, que cerrem fileiras os setores mais conservadores pela implantação do voto distrital. Se passar o voto distrital, este Parlamento, eleito com o voto distrital, sem dúvida alguma, servirá muito melhor às elites, à classe empresarial, inclusive àqueles que não admitem, que não querem nenhuma mudança, nenhum avanço na Assembleia Nacional Constituinte. É justamente esta colocação que gostaríamos de fazer. A emenda do Deputado Constituinte Haroldo Sa-

bóia, para a qual os parlamentares progressistas estão colhendo assinaturas, aí está para demonstrar ao Deputado Constituinte Bernardo Cabral que a Comissão e o Plenário da Assembleia Nacional Constituinte vão-se bater pela manutenção do voto proporcional. (Palmas.)

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS** — (PDC — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Comemora-se o 176º aniversário da instalação do Governo autônomo do Tocantins. Na data de ontem transcorreu de fato esse 176º aniversário em que o Desembargador Joaquim Teotônio Segurado proclamou a autonomia da região do Tocantins, instalou na cidade de Cavalcante o seu Governo, que ele presidiu. Tocantins passou a ser uma província um ano antes da Independência do Brasil. O fato foi comemorado com muita alegria nas povoações, vilas e cidades de todos os 60 municípios da área do futuro Estado do Tocantins. É esta alegria, Sr. Presidente, é decorrente da confiança que o povo nordestino de Goiás tem em vez respaldada a sua vontade política de emancipar-se com a decisão da Assembleia Nacional Constituinte. Sim, porque se antes, Sr. Presidente, o povo nordestino de Goiás encontrou apoio no Congresso Nacional, que por duas vezes aprovou o Projeto de Lei Complementar que cria o Estado do Tocantins, teve suas expectativas, suas esperanças frustradas com um veto indevido do Senhor Presidente José Sarney.

Agora, Sr. Presidente, tudo é alegria. Mas tudo continua sendo ansiedade, até que chegue o dia glorioso em que nas praças públicas poderemos comemorar a criação do Estado do Tocantins, juntamente com as comemorações que faremos também da promulgação, da entrada em vigor da nova Carta Magna brasileira.

Mas, Sr. Presidente, ao lado de todas essas alegrias, ao lado dessas expectativas, nós, os nordestinos de Goiás, o povo goiano e o povo brasileiro mesmo, Sr. Presidente, estamos diante de um quadro de muitas perplexidades. Estamos perplexos, de fato, com a situação política nacional, com o descrédito de nosso País no cenário mundial, junto principalmente aos povos mais desenvolvidos que, se não fizeram os negócios que nos podiam favorecer, confiaram nos governantes brasileiros e no povo brasileiro. Hoje, o encaminhamento da questão da dívida externa envergou na País e a culpa é exclusiva do Governo da Nova República que não tem tido a sensibilidade de procurar a melhor solução para nossos agravados problemas.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Arbage. Faz soar a campainha.)

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS** — Vou concluir, Sr. Presidente, estou há dois minutos na tribuna, peço a V. Exª que confira no seu Pateck Philippe.

E, ao mesmo tempo em que não dá a solução acertada, Sr. Presidente para o encaminhamento do problema da dívida externa brasileira, ainda não está a merecer a confiança dos banqueiros e de aplicadores no plano interno, porque surgem aí notícias de uma possível moratória no plano interno. Eu gostaria de não tocar nesse assunto, porque acho que devemos confiar no Governo do Presidente José Sarney, que é o único em que temos de confiar. E de um momento para o outro, político que é Sua Excelência, patriota

que é Sua Excelência, ele fará prevalecer o bom senso e a energia com que deve agir um governante.

Mas, Sr. Presidente, um país que cresce à taxa de quase 3% por ano, que tem 1 milhão de pessoas ingressando no mercado de trabalho, todo ano, este País, Sr. Presidente, não tomou nenhuma providência para organizar os espaços brasileiros, organizar a Amazônia e o Centro-Oeste, únicas regiões para onde podem crescer todos os setores de atividades do país; para onde o avanço civilizatório terá que ir, para onde deverá se dar esse bandelantismo da época atual, na implantação de núcleos de civilização, alargando nossas fronteiras políticas e econômicas, para o bem da Nação. O Brasil não pode, sob pena de envolver-se em conflitos intermináveis, em guerra civil e numa onda de violência jamais vista, deixar de tomar as providências necessárias, no campo da agricultura, no campo da indústria, no campo da administração pública, em todos os setores da atividade humana; não pode deixar de organizar esses setores, não pode deixar de reordenar os espaços brasileiros, criando novos estados, criando novos municípios, para propiciar a fixação de milhões de brasileiros que, a cada ano, ingressam em nosso mercado de trabalho.

Não podemos deixar de ter muita responsabilidade, muita competência; já não digo nem probidade porque esta não está em questão, é um dever do homem público ser probo, ser honesto, ser íntegro. Mas isto não vem acontecendo: a corrupção tomou conta do nosso País, há desleixo na Administração Pública, o nosso País está mais desorganizado do que qualquer das nações tribais que se emanciparam, que conquistaram a sua autonomia há poucos anos na África.

Temos que tomar uma providência para organizar o nosso País. Precisamos, no mínimo, Sr. Presidente, organizar os espaços da Amazônia e do Centro-Oeste, para permitir os avanços da civilização, a fim de que possamos ver as nossas metrópoles com a qualidade de vida ampliada, com a população tendo maiores oportunidades, dando maiores oportunidades a essas levas de imigrantes que estão infelicitadas pela má administração, pelo descuido e pela discriminação, morrendo nas periferias das cidades sem nenhuma condição de vida, repartindo o pouco equipamento social que têm e disputando os empregos que já não existem. E o Governo brasileiro trata apenas de questões políticas, de interesse de grupos ou de pessoas, não se atendo aos interesses do povo. O Partido Democrata Cristão não pode concordar com essa ineficiência, não pode concordar com a impunidade que reina no campo da administração, não pode concordar com o nível de violência que toma conta deste país — violência que é fruto da incompetência, da injustiça e de todas as mazelas deste Governo que aí está e que não pode mais continuar de forma alguma ocupando o lugar que é de homem competente, de homem probo, de homem correto, que possa eficazmente organizar este Brasil para que possa o nosso País tranquilizar-se, pacificar-se e desfrutar do conceito que nós sempre merecemos no cenário internacional. (Muito bem!)

**O SR. PAULO RAMOS** (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.<sup>o</sup> e Srs.

Constituintes, a Imprensa publicou, há alguns dias, a preocupação do Presidente da República com o julgamento, que há de ser feito pela História do seu nome. A Imprensa também tem noticiado, ao longo destes últimos dias, reiteradas denúncias de corrupção, que somente acontece neste País em função da certeza da impunidade.

Entretanto, um fato, pelo menos um fato, há de merecer uma atenção muito maior da Assembléia Nacional Constituinte.

Tivemos a oportunidade, ontem, de assistir à missa de 7.<sup>o</sup> dia do Ministro Marcos Freire. Hoje, a Imprensa noticia um laudo preliminar do acidente, aventando a possibilidade de ter havido sabotagem. É preciso que todos nós Constituintes compreendamos que um fato de tamanha gravidade não pode ter a sua apuração conduzida pelos meios convencionais. Morreram, em acidente suspeito, não só o Ministro da Reforma Agrária como também toda a cúpula da reforma agrária, além de integrantes dos quadros da Força Aérea Brasileira.

Em 1964, por ocasião da morte do Major Rubens Vaz, a Força Aérea Brasileira levantou-se, na famosa República do Galeão, sendo induzida, inclusive, a dar aos fatos históricos uma conotação bem diversa dos interesses nacionais. Hoje, estou convencido de que, diante da suspeição que envolve o acidente, todos os integrantes da Força Aérea, todos eles, pretendem ver o fato devidamente apurado.

Sr. Presidente, ainda relacionado com esse fato, há alguns dados curiosos que têm o objetivo de desviar a atenção da possível verdade a respeito dos acontecimentos. Trata-se da denúncia da presença de guerrilheiros da Nicarágua no Brasil, para treinar brasileiros no Araguaia.

Vamos convir, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que chega a ser um grande desafio à consciência do povo brasileiro admitir que, na atual conjuntura, tenhamos, na região do Araguaia, sandinistas treinando brasileiros para uma revolução armada, não se sabe como.

Mais surpreendente ainda: o chefe da máfia do campo, o presidente da CDR, ainda ousa lançar suspeição pelo acidente, em função da alegada presença de nicaraguenses no Araguaia, sobre correntes políticas que defendem a reforma agrária, porque defendem a democracia no Brasil. São correntes que compreendem que, sem reforma agrária, não será possível alcançar a democracia.

A participação do chefe da máfia do campo, o Sr. Ronaldo Caiado, surge depois que o Senador Severo Gomes, orientado e alertado pelo Sr. Ministro de Estado Renato Archer, denuncia que o Tenente-Coronel Oliver North, prestando depoimento no Senado dos Estados Unidos a respeito do caso Irã-Contras, disse que parte da verba destinada aos "contras" teria sido desviada para financiar candidaturas à Assembléia Nacional Constituinte.

É tudo, Sr. Presidente. É tudo, Srs. Constituintes, muito surpreendente. Precisamos, hoje, compreender que o acidente, ou a sabotagem acontecida com o avião que conduzia a cúpula que criava bases sólidas para a realização de uma reforma agrária no Brasil, esse acidente, ou essa possível sabotagem, merece ter um acompanhamento do Poder Constituinte. A apuração desses fatos merece uma atenção detalhada dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Assomo a esta tribuna para dizer que existe uma grande inquietação no seio da Força Aérea Brasileira, porque os membros daquela Força, calados pela pressão da hierarquia e da disciplina, pretendem uma apuração rigorosa dos fatos, e a Assembléia Nacional Constituinte, que hoje representa o sentimento maior do povo brasileiro, não pode distanciar-se do assunto. Há muita suspeição. E hoje assomo à tribuna para dizer que cabe ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte designar uma comissão para acompanhar a apuração dos fatos. Não pode pairar qualquer dúvida sobre fato de tamanha gravidade, porque se constitui, também, numa séria ameaça à soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. ROSPIDE NETTO** (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.<sup>o</sup> e Srs. Constituintes:

Tendo percorrido parte da região produtora de meu Estado, trago uma grande preocupação, por parte daqueles que têm a responsabilidade de produzir nesta Nação. Em contato com produtores, cooperativas e entidades de classes, recebi solicitações para que junto à Direção do Banco do Brasil conseguisse a liberação de mais recursos para o custeio de soja e outras culturas de verão, já que a verba destinada para tal finalidade já se esgotou, estando na falta de recursos. Pois o custeio de produção está muito elevado, os recursos próprios são insuficientes, considerando a descapitalização do nosso produtor. Sabemos do grande esforço que tem feito a direção do Banco do Brasil para atender toda a demanda. No entanto, não podemos deixar de manifestar aqui nosso apelo para que os órgãos governamentais consigam maiores recursos, pois só acreditamos que poderemos sair da crise produzindo não só para exportar conseguindo divisas, mas, principalmente, para alimentar nosso povo.

Aproveito esta oportunidade para denunciar as grandes empresas multinacionais responsáveis pela venda de adubos, insumos, fertilizantes e herbicidas, que não respeitam a tabela de preços estabelecida pelo Ministério da Fazenda e que, na falta de liberações de recursos dos custeios cobram taxas e valores maiores daqueles que constam nos produtos em notas fiscais, praticando uma especulação sem precedentes, na cobrança de ágio, sem que o Ministério da Fazenda tenha autorizado. O produtor, na ameaça de não receber a mercadoria, sujeita-se a pagar o que não pode, pois se não pagar ou assumir o acréscimo através de notas promissórias, não recebe os produtos, sem o que não pode plantar. O tempo do plantio tem limites, razão por que o produtor explorado aceita tal situação. Por isso, faço aqui esta denúncia, para que as autoridades competentes tomem as devidas providências.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O Sr. Sólon Borges dos Reis** — Sr. Presidente, antes de usar da palavra, inscrito no Pequeno Expediente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me conceda para questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Arbage) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. SÓLON BORGES DOS REIS** (PTB) — SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes: